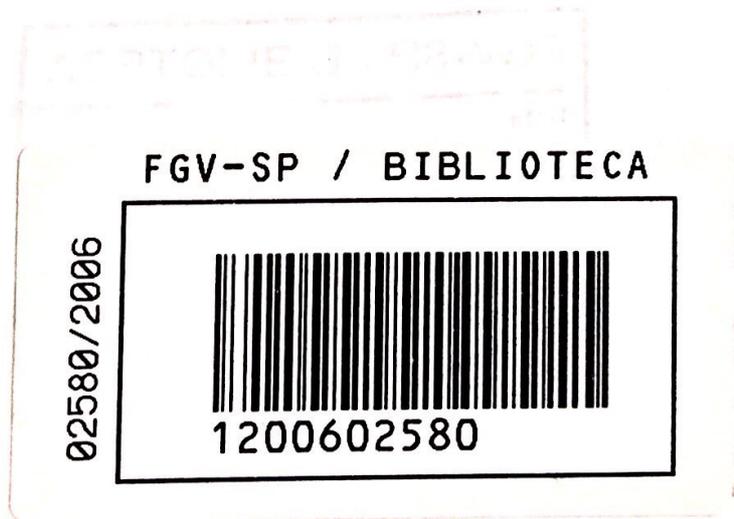


**Immanuel  
KANT**

**PROLEGÓMENOS  
A TODA A  
METAFÍSICA  
FUTURA**

QUE QUEIRA APRESENTAR-SE COMO CIÊNCIA



Edições 70

## INTRODUÇÃO

/<sup>3</sup> Estes prolegómenos não são para uso dos principiantes, mas dos futuros docentes, e não devem também servir-lhes para ordenar a exposição de uma ciência já existente, mas, acima de tudo, para inventar essa mesma ciência.

Há letrados para quem a história da filosofia (tanto antiga como moderna) é a sua própria filosofia; os presentes prolegómenos não são escritos para eles. Deverão aguardar que os que se esforçam por beber nas fontes da própria razão tenham terminado a sua tarefa, e será então a sua vez de informar o mundo do que se fez. Mas, na sua opinião, /<sup>4</sup> nada pode ser dito que já o não tenha sido e isto, na realidade, pode também convir como uma predição infalível a toda a obra futura; pois, visto que o entendimento humano divagou durante muitos séculos de múltiplas maneiras sobre inumeráveis objectos, nada é mais fácil do que encontrar para toda a novidade uma obra antiga que com ela tenha alguma semelhança.

---

/ A 3, 4

A minha intenção é convencer todos os que crêem na utilidade de se ocuparem de metafísica de que lhes é absolutamente necessário interromper o seu trabalho, considerar como inexistente tudo o que se fez até agora e levantar antes de tudo a questão: «de se uma coisa como a metafísica é simplesmente possível».

Se é uma ciência, como se explica que ela não possa, como as outras ciências, obter uma aprovação geral e duradoira? Se o não é, como se explica que ela, no entanto, se vanglorie incessantemente sob a aparência de uma ciência e mantenha em suspenso o entendimento humano com esperanças jamais extintas, nunca realizadas? Pode, pois, demonstrar-se o seu saber ou a sua ignorância, importa, porém, por uma vez, assegurar-se da natureza desta pretensa ciência; com efeito, /<sup>5</sup> é impossível permanecer com ela mais tempo nesse mesmo plano. Parece quase ridículo que, enquanto todas as outras ciências progridem continuamente, ela ande constantemente às voltas no mesmo lugar, sem avançar um passo, ela que quer ser a própria sabedoria e cujos oráculos todos os homens consultam. Também os seus adeptos se dispersaram muito e não se vê que aqueles que se sentem suficientemente fortes para brilhar noutras ciências queiram arriscar nesta a sua fama, onde toda a gente, que, aliás, é ignorante em todas as outras coisas, se atribui um juízo decisivo porque, neste campo, não existe na realidade uma medida e um peso seguros para distinguir a profundidade da loquacidade trivial.

Mas, nem sequer é inaudito que, após a longa elaboração de uma ciência, quando se olha maravilhado o progresso já feito, finalmente a alguém ocorra a ideia de se interrogar: se e de que maneira é possível uma tal ciência. Pois, a razão humana sente tanto prazer em construir que já, por diversas vezes, edificou e, em seguida, demoliu a torre para examinar a natureza do seu fundamento. Nunca é demasiado tarde para se tor-

nar /<sup>6</sup> racional e sábio; mas, é sempre mais difícil pôr em movimento o discernimento, se ele chega tarde.

Perguntar se uma ciência é possível supõe que se duvida da realidade da mesma. Mas, uma tal dúvida ofende todos aqueles cujos haveres consistem talvez neste pretensoz tesouro; e, por conseguinte, aquele que se deixa cair nesta dúvida será sempre objecto de resistência por todos os lados. Alguns, com a consciência orgulhosa da sua posse antiga, considerada legítima precisamente por isso, olhá-lo-ão com desprezo, com os seus compêndios de metafísica na mão; outros, que não se apercebem senão do que se identifica com o que já viram em algum lado, não o compreenderão e, durante algum tempo, tudo permanecerá como se nada tivesse ocorrido que permita reccar ou esperar uma transformação próxima.

No entanto, atrevo-me a predizer que o leitor destes Prolegómenos, capaz de pensamento pessoal, não só duvidará da ciência que possuía até agora, mas de todo se convencerá subseqüentemente de que semelhante ciência não poderá existir sem que se cumpram as condições aqui expressas, das quais /<sup>7</sup> depende a sua possibilidade; e, visto que isso nunca se fez, não temos ainda nenhuma metafísica. Como, porém, a búscua dela não desaparecerá (1), porque o interesse da razão universal está nela implicado demasiado intimamente, ele reconhecerá que uma reforma completa, ou antes, um novo nascimento da metafísica, segundo um plano inteiramente desconhecido até agora, se produzirá inevitavelmente, apesar das resistências que, durante algum tempo, se lhe poderão opor.

---

(1) Rusticus exspectat, dum defluat amnis: at ille  
Labitur et labetur in omne volubilis aevum. (Horácio)  
O camponês espera até o rio correr:  
mas ele passa, ondulante, e sempre continuará a correr.

Desde os ensaios de *Locke* e de *Leibniz*, ou antes, desde a origem da metafísica, tanto quanto alcança a sua história, nenhuma ocorrência teve lugar que pudesse ser mais decisiva, a respeito do destino desta ciência, do que o ataque que *David Hume* lhe fez. Ele não trouxe qualquer luz a este tipo de conhecimento, fez, porém, brotar uma centelha com a qual se poderia ter acendido uma luz, se ela tivesse alcançado uma mecha inflamável, cujo brilho teria sido cuidadosamente alimentado e aumentado.

/<sup>8</sup> Hume partiu essencialmente de um único, mas importante conceito de metafísica, a saber, a conexão de causa e efeito (portanto, também os seus conceitos consecutivos de força e acção, etc.), e intimou a razão, que pretende tê-lo gerado no seu seio, a explicar-lhe com que direito ela pensa que uma coisa pode ser de tal modo constituída que, uma vez posta, se segue necessariamente que uma outra também deva ser posta; pois, é isso o que diz o conceito de causa. Ele provou de modo irrefutável que é absolutamente impossível à razão pensar a priori e a partir dos conceitos uma tal relação, porque esta encerra uma necessidade; mas, não é possível conceber como é que, porque algo existe, também uma outra coisa deva existir necessariamente, e como é que a priori se pode introduzir o conceito de uma tal conexão. Daí concluía ele que a razão se iludia inteiramente com este conceito, considerando-o falsamente como seu próprio filho, quando nada mais é do que um bastardo da imaginação, a qual, fecundada pela experiência, colocou certas representações sob a lei da associação, fazendo passar uma necessidade subjectiva daí derivada, isto é, um hábito, por uma necessidade objectiva /<sup>9</sup> fundada no conhecimento. Daí tirava a conclusão: a razão não tinha a capacidade de pensar tais conexões, mesmo só em geral, porque então os seus conceitos seriam simples ficções e todos os seus

conhecimentos pretensamente *a priori* não eram senão experiências comuns falsamente estampilhadas, o que equivale a dizer que não há, nem pode haver metafísica (1).

Por apressada e inexacta que fosse a sua conclusão, ela fundava-se, no entanto, na investigação e esta investigação merecia que os bons espíritos do seu tempo se tivessem unido /10 para, se possível, resolverem com maior felicidade o problema e no sentido em que ele o propunha; daí haveria de resultar brevemente uma reforma total da ciência.

Só que o destino, desde sempre desfavorável à metafísica, quis que *Hume* não fosse compreendido por ninguém. Não pode ver-se, sem sentir uma certa pena, como os seus adversários *Reid*, *Oswald*, *Beattie* e, finalmente, *Priestley*, passaram inteiramente por alto o ponto do problema; e como, ao tomarem sempre por concedido aquilo de que ele duvidava, provaram pelo contrário com violência e, muitas vezes, com grande presunção, aquilo de que nunca lhe ocorrera duvidar; ignoraram de tal modo a sua sugestão a favor de uma melhoria que tudo ficou no estado antigo, como se nada tivesse acontecido. A questão não era se o conceito de causa era exacto, prático, indispensável relati-

---

(1) No entanto, *Hume* dava também o nome de metafísica a esta filosofia destruidora e atribuía-lhe um grande valor. «A metafísica e a moral, diz ele (Ensaios, 4.<sup>a</sup> parte, p. 214 da trad. alemã), são os ramos mais importantes da ciência; a matemática e a ciência da natureza nem sequer têm metade de tal valor.» Este homem penetrante considerava aqui apenas a utilidade negativa que teria a moderação das pretensões exageradas da razão especulativa, para eliminar totalmente tantas querelas intermináveis e importunas que perturbam o género humano; mas assim, perdeu de vista o dano concreto, que daí resulta, ao serem tiradas à razão as vistas mais importantes, segundo as quais apenas ela pode fixar à vontade o objectivo supremo de todos os seus esforços.

181  
vamente a todo o conhecimento da natureza, coisa de que *Hume* jamais duvidara; mas de se ele era concebido pela razão *a priori* e se, deste modo, possuía uma verdade interna independente de toda a experiência e, por conseguinte, uma utilidade mais ampla, que não se limitasse simplesmente aos objectos da experiência /11: era a este respeito que *Hume* aguardava uma informação. Tratava-se apenas da origem desse conceito, não da sua utilidade indispensável: se essa origem estivesse determinada, as condições do seu emprego e o âmbito da sua validade ter-se-iam espontaneamente apresentados.

Os adversários deste homem célebre, porém, para satisfazer a tarefa, deveriam ter penetrado profundamente na natureza da razão na medida em que ela se ocupa simplesmente do pensamento puro, mas isso era-lhes inconveniente. Inventaram, pois, um meio mais cómodo para ostentar arrogância sem nada saber, isto é, apelaram para o *senso comum*. É, de facto, um grande dom do céu possuir um *senso recto* (ou, como se chamou recentemente, um simples bom senso). Mas deve manifestar-se pelos actos, pelo que se pensa e se diz de reflectido e de racional, não recorrendo a ele como a um oráculo, quando nada de inteligente se sabe aduzir para sua justificação. Quando o discernimento e a ciência declinam, apelar então, e não antes, para o *senso comum*, eis uma das subtis /12 invenções dos tempos novos; o mais insípido tagarela pode assim arrostar confiadamente o cérebro mais sólido e resistir-lhe. Mas, enquanto houver ainda um pequeno resto de discernimento, tomar-se-á o cuidado de não recorrer a este expediente. E, visto de mais perto, este apelo não é mais do que uma referência ao juízo da multidão; aprovação de que corará o filósofo, mas o engenho popular triunfa e é arrogante. Eu devia, porém, pensar que *Hume* podia, tanto como *Beattie*, pretender ter um entendimento são e, além disso, o que este último certamente não tinha,

uma razão crítica, que mantém nos limites o senso comum para que ele não se perca em altas especulações, ou então, que nada queira decidir quando unicamente destas se fala, porque é incapaz de justificar os seus próprios princípios; pois, só assim permanecerá um entendimento são. O cinzel e o maço podem muito bem servir para trabalhar um pedaço de madeira, mas para gravar em cobre deve utilizar-se o buril. Assim, o entendimento são e o entendimento especulativo são ambos úteis, mas cada um no seu género: aquele, quando se trata de juízos que encontram /<sup>13</sup> a sua aplicação imediata na experiência, este, porém, quando se deve julgar em geral, a partir de simples conceitos, por exemplo, na metafísica, onde o bom senso, que assim se denomina a si mesmo por antífrase, muitas vezes não tem absolutamente qualquer juízo.

Confesso francamente: foi a advertência de *David Hume* que, há muitos anos, interrompeu o meu sono dogmático e deu às minhas investigações no campo da filosofia especulativa uma orientação inteiramente diversa. Eu estava muito longe de admitir as suas conclusões, que resultavam simplesmente de ele não ter representado o problema em toda a sua amplitude, mas de o ter abordado apenas por um lado que, se não se tiver em conta o conjunto, nada pode explicar. Quando se parte de um pensamento fundamentado, embora não pormenorizado, que outro nos transmitiu, pode esperar-se, graças a uma meditação contínua, ir mais longe do que o homem subtil a quem se deve a primeira centelha desta luz.

Tentei, primeiro, ver se a objecção de *Hume* não poderia representar-se sob forma geral e depressa descobri que o conceito de conexão de causa e /<sup>14</sup> efeito estava longe de ser o único mediante a qual o entendimento concebe a priori relações das coisas, antes pelo contrário, a metafísica é totalmente a partir dele consti-

/ A 13, 14

tuída. Procurei assegurar-me do seu número e como, segundo o meu desejo, o consegui a partir de um único princípio, passei à dedução destes conceitos, seguro agora de que eles não derivavam da experiência, como Hume cuidara, mas do entendimento puro. Esta dedução, que parecia impossível ao meu penetrante predecessor, que, além dele, jamais ocorrera a alguém, embora toda a gente se servisse confiadamente dos conceitos sem se interrogar sobre que se fundaria a sua validade objectiva, esta dedução, dizia eu, era o que de mais difícil se podia empreender em vista da metafísica; e o pior era que a metafísica, enquanto existente, não podia prestar-me a menor ajuda, porque aquela dedução deve, acima de tudo, constituir a possibilidade de uma metafísica. Tendo, pois, conseguido resolver o problema de Hume, não só para um caso particular, mas para a faculdade total da razão pura, podia eu dar passos seguros, /15 embora sempre lentos, a fim de determinar finalmente o âmbito global da razão pura, nos seus limites e no seu conteúdo, de um modo completo e segundo princípios gerais: era, pois, aquilo de que precisa a metafísica para construir o seu sistema segundo um plano certo.

Temo, porém, que à solução do problema humano na sua máxima extensão possível (isto é, à Crítica da razão pura) aconteça o que aconteceu ao próprio problema, quando pela primeira vez foi posto. Não será avaliada como convém, porque não se compreende; não será compreendida porque tem, sem dúvida, de se folhear o livro, mas sem prazer em o repensar; e não se quererá dispender esse esforço porque a obra é árida, obscura, contrária a todos os conceitos habituais e, além disso, extensa. Confesso, no entanto, que não esperava ouvir da parte de um filósofo queixas por causa da falta de popularidade, entretenimento e agrado, quando se trata da existência de um conhecimento conceituado, indispensável à humanidade, e que não pode

estabelecer-se senão de acordo com as regras mais severas da exactidão /<sup>16</sup> escolástica; poder-se-á, sem dúvida, vulgarizar com o tempo, mas não desde o início. Só no tocante a uma certa obscuridade que, em parte, provém da extensão do plano, na qual não se podem abranger os pontos principais a que se chega neste estudo, é justificada a queixa e a isso queria eu obviar com os presentes *Prolegómenos*.

Aquela obra, que delineia a pura faculdade racional em toda a sua extensão e limites, permanece sempre o fundamento a que se referem os prolegómenos como simples exercícios preliminares; pois, a Crítica deve, enquanto ciência, formar um todo sistemático e acabado nas suas menores partes, antes de se pensar em fazer aparecer uma metafísica ou mesmo de acerca dela se ter uma longínqua esperança.

Desde há muito surgiu o hábito de repor novamente velhos conhecimentos usados, que se extraem das suas associações primitivas, ajustando-lhes /<sup>17</sup> um vestuário sistemático segundo um corte arbitrário, mas com novos títulos; a maior parte dos leitores não esperará de antemão outra coisa dessa Crítica. Só que estes prolegómenos levarão a ver que existe uma ciência completamente nova, de que ninguém antes teve sequer o pensamento, de que mesmo a simples ideia era desconhecida e para a qual de tudo o que até agora era dado nada podia ser utilizado, a não ser apenas a indicação que podiam fornecer as dúvidas de *Hume*; este não pressentiu igualmente a possibilidade desta ciência formal, mas levou o seu barco, a fim de o pôr em segurança, para a margem (o cepticismo), onde talvez fique e apodreça, ao passo que a mim me interessa fornecer-lhe um piloto que, segundo os princípios seguros da arte do timoneiro tirados do conhecimento do globo, munido de uma carta marítima completa e de uma bússola, possa conduzir o barco para onde bem lhe aprou-

---

/ A 16, 17

ver. Abordar uma ciência nova, que está completamente isolada e é a única da sua espécie, e com o pressuposto de a poder julgar, graças a pretensos conhecimentos já adquiridos, embora sejam precisamente aqueles de cuja realidade se deve antes absolutamente /<sup>18</sup> duvidar, só pode induzir a que se julgue ver em toda a parte o que já era conhecido por causa da semelhança das fórmulas, só que tudo deve parecer desfigurado, absurdo e uma algaraviada porque se põem como fundamento não os pensamentos do autor, mas sempre apenas o seu próprio tipo de pensamento, transformado já em natureza por força de um longo hábito. Mas, a extensão da obra, na medida em que se baseia na ciência e não na exposição, a secura e a precisão escolástica inevitáveis daí resultantes, são qualidades que, decerto, podem favorecer muito a própria causa, mas devem, é verdade, prejudicar o livro em si. Nem todos têm o dom de escrever com tanta subtileza e, no entanto, de modo tão atraente ao mesmo tempo como *David Hume*, ou de maneira tão sólida e elegante como *Moses Mendelsshon*; teria, sem dúvida, podido fornecer popularidade à minha exposição (como disso me lisongeio), se apenas tencionasse fazer um plano e recomendar a outros a sua execução e se não tivesse a peito o bem da ciência, /<sup>19</sup> que me ocupou durante tanto tempo; seria, aliás, precisa perseverança e também não pouca abnegação para pospor a atracção de um acolhimento favorável mais rápido à esperança de uma aprovação certamente tardia, mas duradoira.

Fazer planos é, muitas vezes, uma ocupação presunçosa e jactanciosa do espírito pela qual alguém se atribui a si uma aparência de génio criador ao exigir o que pessoalmente não se pode dar, ao censurar o que, no entanto, não se consegue fazer melhor e ao sugerir aquilo que por si mesmo não se sabe onde se encontra; no entanto, já o simples plano competente de uma crítica geral da razão exigiria mais do que se pode imaginar se não se

tratasse apenas, como habitualmente, de uma declamação de desejos piedosos. Só que a razão pura é uma esfera de tal modo à parte, tão completamente unificada em si, que não se pode tocar em nenhuma parte sem afectar todas as outras, e que nada se pode fazer sem primeiramente ter determinado o lugar de cada uma e a sua influência sobre as outras; porque, nada existindo fora dela que possa corrigir o nosso juízo interior, a validade e o uso de cada parte depende da relação /<sup>20</sup> em que ela se encontra com as outras na própria razão tal como, na estrutura de um corpo organizado, o fim de cada membro só pode deduzir-se do conceito geral do todo. Eis porque se pode dizer de uma tal Crítica que ela nunca é autêntica se não for inteiramente completada até aos menores elementos da razão pura, e que, na esfera desta faculdade, é tudo ou nada que é preciso determinar e regular. Mas, se um simples plano, que pudesse preceder a Crítica da razão pura, fosse ininteligível, incerto e inútil, seria, pois, tanto mais útil se a seguisse. Porque se encontra assim na situação de abranger o todo com a vista, de examinar peça por peça os pontos principais que importam nesta ciência, e de organizar muitos pormenores melhor do que podia acontecer na primeira redacção da obra.

Aqui está, pois, um tal plano, depois de acabada a obra, que pôde ser estabelecido segundo o método analítico, já que a própria obra teve absolutamente de ser /<sup>21</sup> redigida segundo o procedimento de exposição sintética, a fim de a ciência apresentar todas as suas articulações como a estrutura de uma faculdade cognoscitiva muito peculiar, na sua ligação natural. Quem achar ainda obscuro este plano, que eu coloco como prolegómenos perante toda a metafísica futura, deve considerar que não é forçoso que todos estudem metafísica, que há muitos talentos que progridem bem em ciências sólidas e mesmo profundas, as quais se aproximam da intuição, e que não

são bem sucedidos em investigações por meio de conceitos puramente abstractos e que, em tal caso, deverão empregar os seus dons intellectuais noutro objecto; mas, aquelle que empreende julgar a metafísica, mais ainda, redigir uma, deve satisfazer absolutamente as condições aqui postas, quer aceite a minha solução, quer a contradiga exaustivamente e a substitua por outra — (porque não a pode rejeitar —; e, finalmente, a obscuridade assim caracterizada (uma desculpa habitual da sua própria preguiça ou impotência) tem também a sua utilidade: pois, todos aquelles que, a respeito de todas as outras /<sup>22</sup> ciências observam um silêncio prudente, falam como mestres em questões de metafísica e decidem-nas com arrojo, porque a sua ignorância aqui não se opõe claramente à ciência dos outros, mas a princípios críticos genuínos, acerca dos quais se pode, por conseguinte, dizer com elogio:

*ignavum, fucos, pecus a praesepibus arcent \**

(Virg.)

---

(\*) Afastam das colmeias os preguiçosos zângãos

## /23 PROLEGÓMENOS

### RECOLECCÃO PRÉVIA DAS CARACTERÍSTICAS DE TODO O CONHECIMENTO METAFÍSICO

#### § I. Das fontes da metafísica

Se se quiser apresentar um conhecimento como ciência, importa, primeiro, poder determinar exactamente o seu carácter distintivo, o que ele não tem de comum com mais nenhum e o que, portanto, lhe é peculiar; de outro modo, os limites de todas as ciências confundem-se e nenhuma delas pode ser tratada a fundo, segundo a sua natureza.

Que esta peculiaridade consista na diferença de objecto, ou das fontes de conhecimento, ou ainda do modo de conhecimento, de algumas ou de todas estas coisas, é sobre ela que se funda acima de tudo a ideia da ciência possível e do seu domínio. Δ φησι

Em primeiro lugar, no tocante às fontes do conhecimento metafísico, elas não podem, já segundo o seu

1  
/ A 23

NÃO EMPÍRICAS ; METAFÍSICA

conceito, ser empíricas. Os seus princípios /24 (a que pertencem não só os seus axiomas, mas também os seus conceitos fundamentais) nunca devem, pois, ser tirados da experiência: ele deve ser um conhecimento, não físico, mas metafísico, isto é, que vai além da experiência. Portanto, não lhe serve de fundamento nem a experiência externa, que é a fonte da física propriamente dita, nem a experiência interna, que constitui o fundamento da psicologia empírica. É, por conseguinte, conhecimento a priori ou de entendimento puro e de razão pura. (isto é pertencente à subjetividade)

Mas assim ele nada teria de diferente em relação à matemática pura; será preciso, pois, chamá-lo *conhecimento filosófico puro*; para a significação desta expressão, refiro-me à Crítica da razão pura (p. 712 e seg.), onde a diferença destas duas espécies de uso da razão foi exposta de maneira clara e satisfatória. — E chega quanto às fontes do conhecimento metafísico.

## § 2. Do modo de conhecimento que unicamente se pode chamar metafísico

### a) *Da diferença dos juízos sintéticos e dos juízos analíticos em geral*

O conhecimento metafísico deve simplesmente conter juízos *a priori*; exige-o a peculiaridade das suas /25 fontes. Ora, seja qual for a origem dos juízos ou a natureza da sua forma lógica, existe neles, quanto ao conteúdo, uma diferença em virtude da qual são ou simplesmente explicativos, sem nada acrescentar ao conteúdo do conhecimento, ou extensivos, aumentando o conhecimento dado; os primeiros podem chamar-se juízos analíticos, e os segundos, sintéticos.

Os juízos analíticos nada dizem no predicado que não esteja já pensado realmente no conceito do sujeito, embora não de modo tão claro e com consciência unilarguei minimamente o meu conceito de corpo, mas analisei-o apenas, porque a extensão estava pensada realmente no conceito já antes do juízo, embora não expressamente mencionada; o juízo é, portanto, analítico. Pelo contrário, a proposição: "alguns corpos são pesados," contém no predicado alguma coisa que não está verdadeiramente pensada no conceito geral de corpo, pois o meu conhecimento, ao acrescentar algo ao meu conceito; deve, portanto, chamar-se um juízo sintético.

b) *O princípio comum de todos os juízos analíticos é o princípio de contradição*

Todos os juízos analíticos se baseiam inteiramente no princípio de contradição e são, por natureza, conhecimentos a priori, quer os conceitos que lhes servem de matéria sejam ou não empíricos. Pois, assim como o predicado de um juízo analítico afirmativo está já pensado anteriormente no conceito do sujeito, não pode ser negado por ele sem contradição, assim também o seu contrário, num juízo analítico, mas negativo, será negado necessariamente pelo sujeito e, sem dúvida, em consequência do princípio de contradição. Assim acontece com as proposições: todo o corpo é extenso e nenhum corpo é inextenso (simples) por natureza.

Eis porque também todas as proposições analíticas são juízos a priori, embora os seus conceitos sejam empíricos, por exemplo, o ouro é um metal amarelo; para saber isso, não preciso de mais nenhuma experiência além do meu conceito de ouro, o qual implica que este corpo é amarelo e um metal; pois, é nisto que consiste

precisamente o meu conceito e eu não preciso de fazer nada a não ser desmembrá-lo, sem buscar outra coisa fora dele.

- c) Os juízos sintéticos exigem um princípio diferente do princípio de contradição

Há juízos sintéticos a posteriori, cuja origem é empírica; mas também os há que são certos a priori e provêm do puro entendimento e da razão. Uns e outros concordam em que eles nunca podem existir em virtude do axioma fundamental da análise, isto é, /27 do simples princípio de contradição; exigem ainda um princípio inteiramente diferente, embora sempre devam ser derivados de todo o princípio, seja ele qual for, em conformidade com o princípio de contradição; nada, pois, se deve opor a este princípio, embora nem tudo dele possa ser derivado. Vou, antes de mais, classificar os juízos sintéticos.

1) Os juízos empíricos são sempre sintéticos. Seria absurdo fundar na experiência um juízo analítico, visto que não tenho de sair do meu conceito para formular o juízo e, por conseguinte, não necessito de um testemunho da experiência. Um corpo é extenso: é uma proposição certa a priori, e não um juízo empírico. Com efeito, antes de passar à experiência, eu possuo já no conceito todas as condições do meu juízo e apenas posso extrair dele o predicado segundo o princípio de contradição e tornar-me consciente da necessidade do juízo, que a experiência não me ensinaria.

2) Os juízos matemáticos são todos sintéticos. Esta proposição parece ter-se inteiramente subtraído, até agora, às observações dos analistas da razão humana, e até mesmo contrapor-se a todas as suas suposições, embora seja certa de modo incontestável e muito importante

subsequentemente. Porque se constatou que os raciocínios dos matemáticos procedem todos segundo /<sup>28</sup> o princípio de contradição (o que exige a natureza de toda a certeza apodíctica), também se persuadiram que os axiomas eram conhecidos a partir do princípio de contradição; mas era um grande erro, porque uma proposição sintética pode, naturalmente, ser apreendida segundo o princípio de contradição, mas só enquanto se pressupõe uma outra proposição sintética, a partir da qual ela pode ser deduzida, mas nunca em si mesma. Deve, antes de mais, observar-se que as proposições matemáticas genuínas são sempre juízos *a priori* e não empíricos, porque têm em si uma necessidade que não pode ser tirada da experiência. Mas, se não me quiserem conceder isso, bem, então restrinjo a minha proposição à matemática pura, cujo conceito já implica que não contém um conhecimento empírico, mas um puro conhecimento *a priori*. Poder-se-ia, antes de mais, pensar que a proposição  $7 + 5 = 12$  é uma simples proposição analítica, que resulta do conceito de uma soma de sete e de cinco, em virtude do princípio de contradição. Mas, olhando de mais perto, descobre-se que o conceito da soma de 7 e 5 não contém mais nada senão a reunião de dois números num só, sem que se pense minimamente o que seja esse único número, que compreende os dois. O conceito de doze de nenhum modo está pensado pelo simples facto de eu pensar essa reunião de sete e de cinco, e, por mais que analise longamente o meu /<sup>29</sup> conceito de uma tal soma possível, não encontrarei, no entanto, aí o número doze. É preciso ultrapassar estes conceitos, recorrer à intuição que corresponde a um dos dois números, por exemplo, os seus cinco dedos ou (como *Segner* na sua aritmética) cinco pontos, e assim acrescentar, uma após outra, as unidades do cinco dado pela intuição ao conceito de sete. Alarga-se assim realmente o seu conceito por meio desta proposição  $7 + 5 = 12$  e junta-se

---

/ A 28, 29

ao primeiro conceito um novo, que nele não estava pensado, isto é, a proposição aritmética é sempre sempre mem números algo maiores; percebe-se então se assumem conceito, nunca poderemos, sem recorrer à intuição, mediante a simples análise dos nossos conceitos, encontrar a soma.

Tão-pouco analítico é um qualquer axioma de geometria pura. Entre dois pontos a linha recta é a mais curta — é uma proposição sintética. Pois, o meu conceito do que é recto não contém nenhuma noção de grandeza, mas apenas uma qualidade. O conceito do que é mais curto é, portanto, inteiramente acrescentado e não pode ser tirado do conceito de linha recta por nenhuma espécie de análise. Deve, pois, recorrer-se à intuição, através da qual é unicamente possível a síntese.

<sup>/30</sup> Alguns outros axiomas, que os géometras postulam, são certamente analíticos e fundam-se no princípio de contradição, mas servem apenas, como proposições idênticas, para o encadeamento do método, e não como princípios; por exemplo,  $a = a$ , o todo é igual a si mesmo, ou  $(a + b) > a$ , isto é, o todo é maior que a sua parte. No entanto, também estes, embora válidos em virtude de simples conceitos, são admitidos em matemática unicamente porque podem ser representados na intuição. O que aqui nos leva comumente a crer que o predicado de tais juízos apodícticos se encontra já no nosso conceito e que, por conseguinte, o juízo é analítico, é simplesmente a ambiguidade da expressão. Devemos, com efeito, pelo pensamento acrescentar a um dado conceito um certo predicado e esta necessidade está já ligada aos conceitos. Mas, a questão não é o que devemos acrescentar pelo pensamento ao conceito dado, mas o que nele pensamos realmente, embora apenas de um modo obscuro, e então torna-se claro que o predicado adere

necessariamente a esses conceitos, não imediatamente, mas por meio de uma intuição que se deve acrescentar.

### § 3. Observação sobre a divisão geral dos juízos analíticos e sintéticos

Esta divisão é indispensável em relação à crítica do entendimento humano, e nela merece, portanto, ser /<sup>31</sup> *clássica*; de outro modo, eu não saberia que ela tinha noutro lado uma utilidade considerável. E aí encontro também a razão por que os filósofos dogmáticos, que buscavam sempre as fontes de juízos metafísicos apenas na própria metafísica, mas não fora dela, nas puras leis da razão, descuraram esta divisão que parece apresentar-se por si mesma; e por que o célebre *Wolff* ou o penetrante *Baumgarten* que segue os seus passos puderam procurar a prova do princípio de razão suficiente, manifestamente sintético, no princípio de contradição. Em contrapartida, encontro já nos Ensaio de *Locke* sobre o entendimento humano uma indicação para esta divisão. Pois, no livro IV, cap. III, § 9 e seguintes, depois de antes já ter falado das diferentes ligações das representações nos juízos e das suas fontes, das quais ele coloca uma na identidade ou na contradição (juízos analíticos), e a outra, porém, na existência das representações num sujeito (juízos sintéticos), confessa no § 10 que o nosso conhecimento (*a priori*) desta última é muito limitado e se reduz quase a nada. Mas existe no que ele diz acerca deste tipo de conhecimento tão pouco de definido e de concentrado em regras que não é de admirar se ninguém, nem sequer *Hume*, teve ocasião de fazer reflexões sobre proposições deste género. Pois, tais princípios gerais e, no entanto, determinados /<sup>32</sup> não se aprendem facilmente de outros, aos quais só obscuramente lhes ocorreram. É preciso aí ter chegado através da própria reflexão,

---

/ A 31, 32

em seguida também se encontram noutros lados, onde certamente os não teriam encontrado a princípio, porque mesmo os autores não sabiam que às suas próprias observações estava subjacente uma tal ideia. Os que nunca pensam por si mesmos possuem, no entanto, a perspicácia para descobrir tudo, depois de lhes ter sido revelado, no que já tinha sido dito e onde, no entanto, ninguém antes o podia divisar.

## QUESTÃO GERAL DOS PROLEGÓMENOS

*É a metafísica possível?*

### § 4

Se existisse realmente uma metafísica que pudesse afirmar-se como ciência, poder-se-ia dizer: aqui está a metafísica, deveis apenas aprendê-la e ela convencer-vos-á irresistível e invariavelmente da sua verdade: esta questão seria então ociosa e apenas restaria a seguinte, a que diria respeito mais a uma prova da nossa perspicácia do que à demonstração da existência da própria coisa, a saber, *como ela é possível* e como a razão aí procura chegar. Mas, neste caso, /<sup>33</sup> a razão humana não foi bem sucedida. Não se pode apresentar um único livro, tal como se mostra um Euclides, e dizer: eis a metafísica, aqui encontrareis o fim mais nobre desta ciência, o conhecimento de um Ser supremo e de um mundo futuro, demonstrado a partir de princípios da razão pura. Pois, podem sem dúvida indicar-nos muitas proposições apodicticamente certas e que nunca foram

---

/ A 33

contestadas; mas todas elas são analíticas e concernem mais aos materiais e aos instrumentos de construção da metafísica do que à extensão do conhecimento que, no entanto, deve ser com ela o nosso verdadeiro propósito (§ 2, letra c). Se apresentais, porém, proposições sintéticas (por exemplo, o princípio da razão suficiente), que nunca demonstrastes a partir da simples razão, por conseguinte *a priori*, como no entanto era vossa obrigação, mas, que vos sejam apesar de tudo concedidas, vosso fim essencial, a afirmações tão inadmissíveis e incertas que, em todos os tempos, uma metafísica e tradisse a outra quer em relação às afirmações, quer relativamente às suas provas, destruindo assim a sua pretensão a uma aprovação duradoira. Mais ainda, as pretativas para realizar esta ciência foram, sem qualquer dúvida, a causa primeira do cepticismo que tão cedo surgiu, de uma concepção em que a razão que tão cedo lentamente contra si mesma, que esta só poderia ter brotado do total desespero de satisfação /<sup>34</sup> relativamente aos seus objectivos mais importantes. Pois, muito antes de se ter começado a interrogar metodicamente a natureza, interrogava-se simplesmente a razão tomada à parte, que era já em certa medida exercida pela experiência comum; porque a razão está, com efeito, sempre presente em nós, ao passo que as leis da natureza devem habitualmente ser investigadas de um modo penoso: e a metafísica flutuava assim, à maneira de espuma, mas de tal modo que, se a espuma que se tinha extraído se dissipava, logo outra se formava à superfície; alguns recolhiam-na sempre com avidez ao passo que outros, em vez de procurarem nas profundezas a causa deste fenómeno, se afiguravam ser sábios porque troçavam do esforço inútil dos primeiros.

O carácter essencial do conhecimento matemático puro, que o distingue de qualquer outro conhecimento

*a priori*, é que ele não deve progredir *por conceitos*, mas sempre unicamente através da construção dos conceitos (*Crítica*, p. 713). Portanto, visto que, nas suas proposições, ele deve para lá do conceito atingir o que a intuição contém de correspondente a este conceito, *as suas proposições não podem e não devem jamais originar-se mediante um desmembramento dos conceitos, isto é, analiticamente, e são, pois, todas sintéticas.*

Não posso deixar de assinalar a desvantagem que a negligência desta observação, aliás, fácil e de aparência insignificante, trouxe à filosofia. Quando *Hume* sentiu em si a vocação digna /<sup>35</sup> de um filósofo de lançar o seu olhar sobre todo o campo do conhecimento puro *a priori*, no qual o entendimento humano se arrogou tão grandes possessões, separou inconsideradamente uma província inteira e, sem dúvida, a mais importante, a saber, a matemática pura, ao imaginar que a sua natureza, a sua constituição política por assim dizer, dependia de princípios totalmente diferentes, isto é, simplesmente do princípio de contradição; e embora ele não tenha dividido as proposições de um modo tão formal e geral, ou usado as mesmas denominações, como eu faço aqui, era, porém, tanto como se ele tivesse dito: a matemática pura contém apenas proposições *analíticas*, mas a metafísica encerra unicamente proposições *sintéticas a priori*. Cometeu um grande erro que teve, para toda a sua concepção, consequências decisivas e lastimáveis. Se ele não tivesse cometido tal erro, teria alargado a sua questão da origem dos nossos juízos sintéticos, muito além do seu conceito metafísico de causalidade, estendendo-a mesmo à possibilidade da matemática *a priori*; pois ele devia também considerar esta como sintética. Mas, neste caso, de nenhum modo teria podido fundamentar as suas proposições metafísicas na simples experiência, porque então teria igualmente submetido os axiomas da matemática pura à experiência, e era demasiado

---

A /<sup>35</sup>

clarividente para o fazer. A boa companhia em que então se teria encontrado a metafísica tê-la-ia preservado do perigo de ser maltratada /<sup>36</sup> indignamente, pois os golpes destinados à última teriam também de atingir a primeira, o que não era nem podia ser a sua intenção: e, assim, este homem penetrante teria sido levado a considerações necessariamente semelhantes às aquelas de que agora nos ocupamos, mas que, em virtude do seu estilo de um beleza inimitável, teriam ganhado infinitamente.

Os juízos genuinamente *metafísicos* são todos sintéticos. Importa distinguir os juízos que pertencem à *metafísica* e os juízos *metafísicos* propriamente ditos. Entre os primeiros, há muitos que são analíticos, mas constituem apenas meios para os juízos metafísicos, para os quais se orienta inteiramente o fim da ciência, e que são sempre sintéticos. Pois, se conceitos pertencem à metafísica, por exemplo, o de substância, então os juízos que derivam do seu simples desmembramento integram-se também necessariamente na metafísica; assim, a substância é o que existe apenas como sujeito, etc.; por meio de vários destes juízos analíticos, procuramos aproximar-nos da definição dos conceitos. Mas, visto que a análise de um puro conceito do entendimento (tais como os contém a metafísica) não pode fazer-se de outro modo senão como o desmembramento de qualquer outro conceito, mesmo empírico, que não pertence à metafísica (por exemplo, o ar é um flúido elástico, cuja elasticidade não é suprimida por nenhum grau conhecido do frio), o conceito /<sup>37</sup> é, sem dúvida, genuinamente metafísico, mas não o juízo analítico: com efeito, esta ciência possui algo de particular e de peculiar na produção dos seus conhecimentos *a priori*, que se deve distinguir do que ela tem de comum com todos os outros conhecimentos do entendimento; assim, a proposição: «tudo o que é substância, nas coisas, é constante» constitui uma proposição sintética e genuinamente metafísica.

Se previamente se reuniram, segundo certos princípios, os conceitos *a priori*, que formam a matéria e os instrumentos de construção da metafísica, a análise destes conceitos possui então um grande valor; pode também a mesma expor-se como uma parte especial (uma espécie de *philosophia definitiva*), que unicamente contém proposições analíticas pertencentes à metafísica, com exclusão de todas as proposições sintéticas, que constituem a própria metafísica. Pois, na realidade, essas análises possuem uma utilidade considerável apenas na metafísica, isto é, relativamente às proposições sintéticas que devem provir da resolução prévia destes conceitos.

A conclusão deste parágrafo é, portanto, que a metafísica tem propriamente a ver com proposições sintéticas *a priori* e que só elas constituem o seu fim; para o alcançar, ela precisa naturalmente de muitas análises dos seus conceitos, por conseguinte, de juízos analíticos, mas o procedimento não é aí diferente do que em qualquer outro tipo de conhecimento onde, mediante a análise, se procura /<sup>38</sup> apenas tornar nítidos os conceitos. No entanto, a produção do conhecimento *a priori*, tanto segundo a intuição como segundo os conceitos, e por fim também a de proposições sintéticas *a priori*, justamente no conhecimento filosófico, é que formam o conteúdo essencial da metafísica.

Desgostados, pois, do dogmatismo, que nada nos ensina, e também do cepticismo, que nada nos promete, nem sequer a tranquilidade de uma ignorância permitida, solicitados pela importância do conhecimento de que temos necessidade e desconfiados, em virtude de uma longa experiência, de todo o que julgamos possuir ou que se nos oferece sob o título da razão pura, restamos apenas uma questão crítica, segundo cuja solução podemos orientar a nossa atitude futura: *É a metafísica verdadeiramente possível?* Mas esta questão não deve admi-

---

/ A 38

tir como resposta objecções cépticas a certas afirmações de uma qualquer metafísica real (pois, ainda não aceita-mos nenhuma), mas ser respondida a partir do conceito ainda *problemático* de uma tal ciência.

Na *Crítica da razão pura*, tratei esta questão de modo sintético, isto é, investiguei na própria razão pura e procurei determinar, segundo princípios, nesta mesma fonte, tanto os elementos como as leis do seu uso puro. Este trabalho é difícil e exige um leitor decidido a penetrar pouco a pouco /<sup>39</sup> pelo pensamento num sistema que não põe como fundamento nenhum dado a não ser a própria razão e que procura, pois, sem se apoiar em qualquer facto, tirar o conhecimento a partir dos seus germes originais. Em contrapartida, os *prolegómenos* devem apenas ser exercícios preparatórios; devem mostrar o que há que fazer para, se possível, realizar uma ciência, mais do que expor essa própria ciência. Devem, por conseguinte, fundar-se em alguma coisa que já se conhece seguramente, a partir da qual se possa partir com confiança e subir até às fontes que ainda não se conhecem e cuja descoberta nos explicará não só o que se sabia, mas ao mesmo tempo nos fará ver um conjunto de muitos conhecimentos, todos provenientes das mesmas fontes. O procedimento metódico dos *prolegómenos*, sobretudo dos que devem preparar para uma metafísica futura, será, pois, analítico.

Acontece, porém, felizmente que, embora não possamos supor que a metafísica enquanto ciência é *real*, é-nos, no entanto, possível afirmar com confiança que certos conhecimentos sintéticos puros *a priori* são reais e dados, a saber, a *matemática pura* e a *física pura*; com efeito, estas duas ciências contêm proposições reconhecidas, de modo geral, como verdadeiras se bem que independentes da experiência, quer pela simples razão com uma certeza apodíctica, quer pelo consentimento universal fundado na experiência. Possuímos, pois, pelo

menos algum conhecimento sintético /<sup>40</sup> a priori indis-  
cutido; e não devemos interrogar-nos se ele é possível  
(pois é real), mas apenas *como ele é possível*, a fim de poder  
derivar do princípio da possibilidade do conhecimento  
dado também a possibilidade de todos os outros.

## QUESTÃO GERAL DOS PROLEGÓMENOS

Como é possível um conhecimento pela razão pura?

### § 5

Vimos acima a diferença considerável entre os juízos analíticos e os juízos sintéticos. A possibilidade das proposições analíticas podia ser facilmente apreendida; pois, funda-se simplesmente no princípio de contradição. A possibilidade de proposições sintéticas *a posteriori*, isto é, das que são tiradas da experiência, também não precisa de uma explicação particular; pois a experiência não é senão uma contínua adição (síntese) das percepções. Restam-nos apenas proposições sintéticas *a priori*, cuja possibilidade deve ser procurada ou examinada porque ela tem de fundar-se noutros princípios diferentes do princípio de contradição.

<sup>/41</sup> Mas, não temos de procurar aqui a *possibilidade* de tais proposições, isto é, de nos interrogarmos se elas são possíveis. Pois, há bastantes e são dadas real-

mente com uma certeza indiscutível e, visto que o método, que agora seguimos, deve ser analítico, o nosso ponto de partida será que este conhecimento racional sintético, mas puro, é real; no entanto, devemos em seguida *investigar* o fundamento desta possibilidade e interrogar-nos *como* este conhecimento é possível a fim de estarmos em situação de determinar, segundo os princípios da sua possibilidade, as condições do seu uso, o seu âmbito e os seus limites. O problema verdadeiro expresso com uma precisão escolástica, de que tudo depende, é pois:

*Como são possíveis proposições sintéticas a priori?*

Dei-lhe acima, por amor da popularidade, uma expressão um pouco diferente, ao chamar-lhe uma questão do conhecimento por razão pura, o que então podia fazer sem prejuízo para o discernimento procurado; visto que aqui se trata unicamente da metafísica e das suas fontes, lembrar-se-á constantemente, espero, segundo o que precedentemente foi recordado, que, ao falarmos aqui de conhecimento por pura razão, nunca se refere o conhecimento analítico, mas apenas o conhecimento sintético (1).

---

(1) É impossível impedir que, com o progresso gradual do conhecimento, certas expressões, já tornadas clássicas, /<sup>42</sup> remontando à infância da ciência, não sejam posteriormente encontradas insuficientes e impróprias e que um certo uso novo e mais adequado corra ainda algum risco de se confundir com o antigo significado. O método analítico, enquanto oposto ao método sintético, é inteiramente diverso de um conjunto de proposições analíticas: significa apenas que se parte do que se procura, como se fosse dado, e se vai até às condições sob as quais unicamente é possível. Neste método de ensino, empregam-se muitas vezes apenas proposições sintéticas; a análise matemática é disso um exemplo; e seria melhor chamá-lo método *regressivo*, para o distinguir do método sintético ou *progressivo*. O nome de analítica designa também uma parte principal da lógica e é então a lógica da verdade, por oposição à

/<sup>42</sup> Da solução deste problema depende a persistência ou a queda da metafísica e, por conseguinte, toda a afirmações metafísicas com o maior brilho possível, e acumule raciocínios sobre raciocínios até ao esmagamento, se ele não conseguiu antes responder a essa questão de um modo satisfatório, tenho o direito de dizer: tudo isto é filosofia vã e sem fundamento, falsa sabedoria. Falas pela razão pura e pretendes, por assim dizer, criar conhecimentos *a priori* não só ao analisar conceitos já dados, mas também ao alegar novas conexões que não se fundam no princípio de contradição e que, no entanto, presumes aperceber independentemente de toda a experiência; como chegas a tal resultado e como queres justificar-te de tais pretensões? /<sup>43</sup> Não posso permitir-te o apelo ao assentimento da razão geral da humanidade, pois é um testemunho cujo prestígio se funda unicamente no rumor público.

*Quodcumque ostendis mihi sic, incredulus odi.* (Horácio) (\*)

Mas, por indispensável que seja a resposta a esta questão, ela é também muito difícil, e se a causa principal por que, durante muito tempo, não se tentou dar-lhe uma resposta consiste em que nem sequer se imaginou que uma semelhante questão possa ser posta, uma segunda razão é que, no entanto, uma resposta satisfatória a esta questão exige uma reflexão muito mais persistente, mais profunda e mais penosa do que alguma vez o exigiu a mais extensa obra de metafísica que, desde a primeira aparição, prometeu a imortalidade ao seu autor. Por isso, todo o leitor penetrante deve, se reflectir cuidadosamente nas condições deste problema, assustado a princípio pela sua dificuldade, tê-lo por insolúvel,

---

dialéctica, sem que verdadeiramente se considere que os conhecimentos a ela pertencentes sejam analíticos ou sintéticos.

(\*) O que me mostras não o creio e é-me detestável.

e, se não houvesse realmente esses tais conhecimentos sintéticos puros *a priori*, por absolutamente impossível; foi o que aconteceu a *David Hume* que, no entanto, estava muito longe de se representar a questão com uma tal generalidade, como aqui é e deve ser o caso, se é que a resposta deve ser decisiva para toda a metafísica. Pois, como é possível, dizia esse homem subtil /44, que, quando um conceito me é dado, eu possa ir além dele e lhe ligue outro conceito que aí não está contido, como se lhe pertencesse *necessariamente*? Só a experiência nos pode fornecer tais conexões (eis o que ele concluía desta dificuldade, que considerava uma impossibilidade), e toda essa pretensa necessidade ou, o que é a mesma coisa, todo o conhecimento *a priori* a ela adscrito, não é mais do que um longo hábito de achar verdadeira uma coisa e, por conseguinte, de considerar como objectiva a necessidade subjectiva.

Se o leitor se queixar da fadiga e do esforço que eu lhe darei pela solução do problema, então deve apenas tentar resolvê-lo de um modo mais simples. Pode ser que então se sinta obrigado para com aquele que empreendeu em seu lugar um trabalho de tão profunda investigação e manifestará antes alguma admiração pela facilidade que, dada a natureza do assunto, lhe foi ainda possível dar à solução. Por isso, custou-lhe anos de esforço o resolver este problema em toda a sua generalidade (no sentido que os matemáticos dão a esta palavra, isto é, de modo suficiente em todos os casos) e o poder finalmente expô-lo numa forma analítica, como o leitor aqui a encontrará.

Por conseguinte, todos os metafísicos estão, solenemente e em conformidade com a lei, suspensos das suas funções até que tenham respondido /45 de modo satisfatório à pergunta: *Como são possíveis conhecimentos sintéticos a priori*? Pois, só nesta resposta consistem as credenciais que devem apresentar, se têm alguma coisa

---

/ A 44, 45

para nos oferecer em nome da razão pura; à falta dela, nada mais podem esperar senão ser despedidos por pessoas sensatas, que já tantas vezes foram enganadas, sem outro exame do que eles propõem.

Se, pelo contrário, quiserem exercer a sua profissão não como *ciência*, mas como uma *arte* própria para persuadir o que é salutar e adequado ao senso comum, não se lhes pode legitimamente impedir tal ofício. Terão então a linguagem modesta de uma fé racional, confessarão que não lhes é permitido, nem sequer *conjecturar* e menos ainda *saber* alguma coisa, sobre o que ultrapassa os limites de toda a experiência possível, mas apenas *admitir* (não para o uso especulativo a que, pois, devem renunciar, mas para o uso simplesmente prático) o que é possível e mesmo indispensável para a conduta do entendimento e da vontade na vida. Só assim poderão ter o nome de homens úteis e sábios e tanto mais quanto mais renunciarem ao de metafísicos; pois estes querem ser filósofos especulativos e visto que, quando se trata de juízos *a priori*, não é possível expor-se a probabilidades /<sup>46</sup> insípidas (porque o que se pretende reconhecer *a priori* é por isso mesmo declarado necessário), não se lhes pode permitir jogar com conjecturas, mas a sua afirmação deve ser ciência, ou então não é nada.

Pode dizer-se que toda a filosofia transcendental, que precede necessariamente toda a metafísica, não é em si mesma senão a solução completa da questão aqui posta, mas numa ordem sistemática e com riqueza de pormenores, e que, por conseguinte, não se possui até agora nenhuma filosofia transcendental: com efeito, o que leva o seu nome é, na realidade, uma parte da metafísica; essa ciência deve, porém, primeiramente tornar possível a metafísica e, por conseguinte, precedê-la. Não é preciso, pois, admirar-se se uma ciência inteira e privada, além disso, de todo o socorro das outras ciências, por conseguinte, uma ciência inteiramente nova, é necessá-

ria para responder de maneira suficiente a uma só questão, se a resposta à mesma está associada ao esforço e à dificuldade, mais ainda, a uma certa obscuridade.

Ao abordarmos agora esta solução, e segundo o método analítico em que pressupomos que tais conhecimentos pela pura razão são reais, podemos apenas referir-nos a duas *ciências* do conhecimento teórico (o único de que aqui se fala), a saber, a *matemática pura* e a *física pura* /<sup>47</sup>, pois só elas nos podem apresentar os objectos na intuição e mostrar-nos, por conseguinte, se nelas ocorresse um conhecimento *a priori*, a verdade ou a conformidade do mesmo com o objecto, *in concreto*, isto é, a *sua própria realidade*, a partir do qual se poderia, então, remontar por via analítica até ao fundamento da sua possibilidade. Isso facilita muito a tarefa, pois as considerações gerais não só aí se aplicam aos factos, mas deles partem, ao passo que, no procedimento sintético, devem ser derivados de conceitos, totalmente *in abstracto*.

Mas, para se elevar destes conhecimentos puros *a priori*, reais e ao mesmo tempo fundados, a um conhecimento possível, que procuramos, isto é, a uma metafísica enquanto ciência, precisamos de compreender também, na nossa questão principal, o que ocasiona a metafísica e constitui o seu fundamento enquanto conhecimento *a priori* dado unicamente de modo natural, embora de uma verdade suspeita, cuja elaboração sem qualquer investigação crítica sobre a sua possibilidade é já comumente chamada metafísica, numa palavra, a disposição natural para uma tal ciência; e assim a questão transcendental capital, dividida em outras quatro, será sucessivamente resolvida:

- /<sup>48</sup> 1) *Como é possível a matemática pura?*
- 2) *Como é possível a ciência pura da natureza?*
- 3) *Como é possível a metafísica em geral?*
- 4) *Como é possível a metafísica enquanto ciência?*

---

/ A 47, 48

Vê-se que, embora a solução destes problemas deva representar principalmente o conteúdo essencial da crítica, ela tem no entanto algo de específico que, por si só, merece a atenção, a saber, buscar na própria razão as fontes das ciências dadas a fim de assim explorar e medir o seu poder de conhecer alguma coisa *a priori*; e estas ciências lucram deste modo, se não no tocante ao seu conteúdo, pelo menos no que concerne ao seu uso exacto e, ao elucidarem um problema superior em virtude da sua origem comum, fornecem também a ocasião de melhor ilustrarem a sua própria natureza.

## SOLUÇÃO DA QUESTÃO GERAL DOS PROLEGÓMENOS

### Como é possível a metafísica como ciência?

A metafísica, como disposição natural da razão, é real, mas é também, tomada em si mesma apenas (como o demonstrou a solução analítica da terceira questão fundamental), dialéctica e enganadora. Querer, pois, tirar desta os princípios e seguir, no uso dos mesmos, /<sup>189</sup> uma aparência certamente natural, mas apesar de tudo falsa, eis o que nunca pode criar ciência, mas unicamente uma vã arte dialéctica, onde uma escola poderá prevalecer sobre outra, mas nenhuma delas obterá alguma vez uma aprovação legítima e duradoira.

Ora, afim de que, como ciência, possa ter a pretensão não apenas a uma persuasão enganadora, mas ao conhecimento e à convicção, é preciso que uma crítica da própria razão exponha toda a provisão dos conceitos *a priori*, a sua divisão segundo as diversas fontes, a sensibilidade, o entendimento e a razão; além disso, um quadro completo dos mesmos e a análise de todos estes conceitos

com tudo o que deles pode ser deduzido, mas, em seguida, sobretudo a possibilidade do conhecimento sintético *a priori* por meio da dedução destes conceitos, os princípios e também, finalmente, os limites do seu emprego; tudo isso, porém, num sistema completo. Portanto, a crítica, e só ela, contém o plano inteiro bem estudado e provado, mais, todos os meios de realização para que a metafísica possa surgir como ciência; por outros caminhos e meios, é impossível. Aqui, a questão não é tanto saber como esta tarefa é possível, mas como pô-la em andamento e levar bons espíritos do trabalho absurdo e estéril a que até agora se entregaram, para um trabalho infalível, e como é que uma tal união poderá ser dirigida para o /<sup>190</sup> fim comum da maneira mais adaptada.

Eis, pois, o que é certo: quem uma vez saboreou a crítica sente para sempre aversão por todo o palavriado dogmático, com que outrora forçosamente se contentava, porque a sua razão precisava de alguma coisa e nada de melhor podia encontrar para o seu entretenimento. A crítica está para a habitual metafísica de escola justamente como a *química* está para a *alquimia*, ou como a *astronomia* para a *astrologia* divinatória. Garanto que ninguém, depois de ter reflectido e compreendido os princípios da crítica, mesmo que só nestes prolegómenos, voltará mais a essa antiga e sofística falsa ciência; antes, olhará com um certo divertimento para uma metafísica, que está doravante em seu poder, que já não precisa também de nenhuma descobertas preliminares e que pode, pela primeira vez, fornecer à razão uma satisfação duradoira. Eis, pois, uma vantagem com a qual unicamente a metafísica, entre todas as ciências, pode confiadamente contar conseguir ser levada à perfeição e a um estado estável, visto que ela não mais precisa de mudar e também já não é capaz de crescimento em virtude de novas descobertas; pois a razão tem as fontes do seu conhecimento, não nos objectos e na sua intuição (pelos quais já em nada mais pode

ser ensinada), mas em si mesma, e quando expôs os princípios da sua faculdade de um modo /<sup>191</sup> completo e determinado sem falsa interpretação possível, nada resta que a razão pura pudesse conhecer *a priori*, e até mesmo inquirir com justiça. A perspectiva certa de um saber tão determinado e circunscrito possui em si um encanto particular, se pusermos de lado toda a utilidade (da qual eu ainda hei-de falar posteriormente).

Toda a arte falsa, toda a ciência vã tem o seu tempo de duração; pois acaba por aniquilar-se a si mesma e a sua mais elevada cultura constitui simultaneamente a época da sua decadência. Este momento chegou agora para a metafísica :prova-o o estado em que ela caiu em todos os povos cultivados, quando aí se estudam com todo o ardor as ciências de todo o género. A antiga organização dos estudos universitários conserva ainda a sua sombra; uma única academia das ciências, ao propor ocasionalmente prémios, leva a uma e outra tentativa nesta matéria, mas ela já não se conta entre as ciências sérias e pode julgar-se por si mesmo como é que um homem brilhante, a quem se quisesse chamar um grande metafísico, aceitaria este elogio bem intencionado, mas dificilmente invejável para alguém.

Mas embora tenha chegado incontestavelmente o tempo da decadência de toda a metafísica dogmática, falta ainda muito para se poder afirmar que o tempo da sua ressurreição, mediante uma crítica sólida e completa /<sup>192</sup> da razão, tenha, pelo contrário, já surgido. Todas as transições de uma inclinação para a inclinação oposta passam pelo estado de indiferença e este momento é o mais perigoso para um autor, mas, não obstante, segundo me parece, o mais favorável à ciência. Pois, quando o espírito de partido se extinguiu em virtude da dissolução total de antigas associações, as almas encontram-se na melhor disposição para escutarem pouco a pouco sugestões de união num outro plano.

Quando digo que tenho a esperança de que estes prolegómenos venham talvez a provocar investigações no campo da crítica e a fornecer ao espírito geral da filosofia, o qual parece carecer de alimentos na parte especulativa, um objecto de entretenimento novo e muito prometededor, posso já imaginar de antemão que todos aqueles que se tornaram reluctantes e desgostosos com os caminhos espinosos, pelos quais eu os conduzi na *Crítica*, me perguntarão sobre onde se fundará essa esperança. Respondo: *na lei irresistível da necessidade*.

Que o espírito do homem renuncie de uma vez por todas às inquirições metafísicas é tão pouco de esperar como nós suspendermos completamente a nossa respiração para não respirarmos sempre um ar impuro. Por conseguinte, sempre haverá /<sup>193</sup> no mundo e, mais ainda, em cada homem, sobretudo no homem que pensa, uma metafísica que, à falta de um padrão geral, cada qual talhará a seu modo. Ora, o que até agora se chamou metafísica não pode satisfazer nenhum espírito que reflecte; mas, abdicar dela inteiramente também é impossível, portanto, é necessário *tentar* uma crítica da própria razão pura ou, se existe uma, *examiná-la* e submetê-la a uma prova universal, porque não há outro meio de satisfazer esta necessidade premente, a qual é mais do que um simples desejo de saber.

Desde que conheço a crítica, ao acabar a leitura de alguma obra de conteúdo metafísico que, pela precisão dos conceitos, pela variedade, ordem e fácil exposição, me agradasse e ao mesmo tempo cultivasse, nunca pude impedir-me de perguntar: *fez este autor realmente avançar um passo à metafísica?* Peço perdão aos homens ilustrados cujas obras me foram úteis sob outro ponto de vista e sempre contribuíram para a cultura das faculdades espirituais, porque confesso que, nem nos seus ensaios, nem nem nos meus, aliás inferiores (em favor dos quais fala, no entanto, o amor próprio), consegui descobrir que

assim se fizesse avançar minimamente /<sup>194</sup> a ciência, e isso a partir da causa inteiramente natural de que a ciência ainda não existia, e não pode também compor-se de pedaços, mas o seu germe deve antes estar inteiramente pre-formado na crítica. Para prevenir todo o mal-entendido, importa recordar o que foi dito anteriormente, que através do tratamento analítico dos nossos conceitos se fez, sem dúvida, justiça suficiente ao entendimento, mas a ciência (da metafísica) não deu deste modo o mínimo passo, porque esses desmembramentos dos conceitos são apenas materiais com que é preciso primeiramente construir a ciência. Que se analise, pois, e se determine oportunamente o conceito de substância e de acidente; isso é muito bom como preparação para qualquer uso futuro. Mas, se não posso provar que, em tudo o que existe, a substância permanece e só os acidentes mudam, através de toda essa análise não se fez avançar minimamente a ciência. Ora, até agora, a metafísica não conseguiu demonstrar validamente *a priori* nem este princípio, nem o princípio de razão suficiente, ainda menos alguma proposição mais complexa que dissesse respeito, por exemplo, à psicologia ou à cosmologia, em suma, nenhuma proposição sintética: portanto, nada se cumpriu, nada se produziu e se fez progredir através de toda essa análise e, após tanta agitação e ruído, a ciência continua ainda onde /<sup>195</sup> estava no tempo de *Aristóteles*, embora a preparação, se apenas se tivesse descoberto o fio que conduz aos conhecimentos sintéticos, seja incontestavelmente muito melhor do que outrora.

Se alguém se julga ofendido por isso, facilmente pode reduzir a nada esta acusação pela simples apresentação de uma única proposição sintética pertencente à metafísica, que ele se propõe demonstrar *a priori* pelo método dogmático; se o fizer, mas só então, lhe concederei que realmente contribuiu para o progresso da ciência: ainda que esta proposição fosse, além disso, suficientemente con-

---

/ A 194, 195

firmada pela experiência vulgar. Nenhuma condição pode ser mais moderada e mais justa e, no caso (inevitavelmente certo) de fracasso, nenhuma observação pode ser mais legítima do que esta: até agora, a metafísica ainda não existiu como ciência.

Contudo, no caso de o desafio ser aceite, há duas coisas que não devo aceitar: primeiramente, o jogo da *verosimilhança* e da conjectura, que calha tão mal à metafísica como à geometria; em segundo lugar, a decisão mediante a varinha de condão do assim chamado *sensu commun*, que não toca a toda a gente, mas se orienta segundo propriedades pessoais.

/196 Com efeito, no que respeita ao *primeiro ponto*, nada de mais absurdo se pode encontrar do que querer, numa metafísica, uma filosofia de razão pura fundar os seus juízos na verosimilhança e na hipótese. Tudo o que deve ser conhecido *a priori* é, por isso mesmo, dado como apodicticamente certo e deve, por conseguinte, ser também assim demonstrado. Outro tanto querer fundar uma geometria ou uma aritmética em conjecturas; pois, no tocante ao *calculus probabilium* da aritmética, ele não contém juízos verosímeis, mas inteiramente certos, sobre o grau de possibilidade de certos casos, em condições idênticas dadas, os quais, na soma de todos os casos possíveis, devem produzir-se infalivelmente segundo a regra, embora esta não esteja suficientemente determinada quanto a cada evento particular. Só na ciência empírica da natureza podem ser permitidas conjecturas (por meio da indução e da analogia) com a condição, porém, de que pelo menos a possibilidade do que eu admito seja inteiramente certa.

É ainda pior, se possível, *apelar para o bom senso*, quando se trata de conceitos e de princípios, não enquanto devem ser válidos no tocante à experiência, mas enquanto pretendem dar-se como válidos mesmo fora das condições da experiência. De facto, o que é o *bom senso*? É o *sensu*

*comum* enquanto /<sup>197</sup> julga rectamente. E o que é o senso comum? É a faculdade do conhecimento e do uso das regras *in concreto*, por oposição ao *entendimento especulativo*, que é uma faculdade do conhecimento das regras *in abstracto*. Deste modo, o senso comum dificilmente compreenderá a máxima de que tudo o que acontece é determinado por meio da sua causa, e jamais a poderá apreender assim de um modo geral. Exige, portanto, um exemplo tirado da experiência e, quando ouve que este nada mais significa do que o que ele sempre pensará quando lhe foi partida uma vidraça ou um dos seus móveis desapareceu, compreende então o princípio e o admite. Por conseguinte, o senso comum não tem mais nenhum uso a não ser enquanto ele pode ver as suas regras confirmadas pela experiência (embora estas lhe sejam realmente intrínsecas *a priori*), por conseguinte, compreendê-las *a priori* e independentemente da experiência depende do entendimento especulativo e ultrapassa o horizonte do senso comum. A metafísica, porém, tem apenas a ver com esta última espécie de conhecimento e é, sem dúvida, um mau sinal de bom senso apelar para um garante que aqui não profere nenhum juízo e que normalmente se olha por cima do ombro, a não ser quando se está na dificuldade e, na sua especulação, nem sabe aconselhar-se nem sair-se bem.

/<sup>198</sup> É um subterfúgio habitual, de que costumam servir-se os falsos amigos do senso comum (que ocasionalmente o celebram, mas de ordinário o desprezam), dizer: No fim de contas, é preciso que haja algumas proposições que são imediatamente certas, acerca das quais não seja preciso fornecer nenhuma prova, mas também nenhuma justificação, porque, de outro modo, nunca se poria um fim aos motivos dos seus juízos; mas, para prova deste direito, nunca podem aduzir (fora do princípio de contradição, que não é suficiente para demonstrar a verdade de juízos sintéticos) como algo indubitável, que

possam atribuir imediatamente ao sentido comum, senão proposições matemáticas: por exemplo, que dois e dois são quatro, que entre dois pontos apenas é possível traçar uma linha recta, etc. Mas estes juízos são diametralmente opostos aos da metafísica. Com efeito, na matemática, posso fazer (construir) pelo meu próprio pensamento tudo o que eu me represento como possível, graças a um conceito: acrescento a um dois o outro dois e formo assim o número quatro, ou então, traço em pensamento de um ponto a outro toda a espécie de linhas e unicamente posso traçar uma, semelhante em todas as suas partes (iguais ou desiguais). Mas, mediante toda a força /199 do meu pensamento, não posso, a partir do conceito de uma coisa, extrair o conceito de outra, cuja existência está necessariamente ligada à primeira, mas devo consultar a experiência, e, embora o meu entendimento me forneça *a priori* (porém, sempre em relação a uma experiência possível) o conceito de uma tal conexão (a causalidade), no entanto, não a posso representar *a priori* na intuição, como os conceitos da matemática e, por conseguinte, estabelecer *a priori* a sua possibilidade; mas este conceito, juntamente com os princípios da sua aplicação, requer sempre, para ser *a priori* válido — como se exige na metafísica —, uma justificação e uma dedução da sua possibilidade, porque, de outro modo, não se sabe até que ponto é válido, e se se pode utilizar apenas na experiência ou também fora dela. Portanto, em metafísica, ciência especulativa da razão pura, jamais se pode apelar para o sentido comum, a não ser quando se é forçado a abandoná-la e a renunciar a todo o conhecimento especulativo puro, que deve ser sempre um saber, por conseguinte, à própria metafísica e aos seus ensinamentos (em certas circunstâncias), e quando para nós se pode apenas encontrar como possível uma crença racional, a qual também é suficiente para as nossas necessidades (talvez mais salutar do que o próprio saber). Então, com

efeito, o aspecto das coisas muda inteiramente. A metafísica deve /200 ser uma ciência, não só na totalidade, mas também em todas as suas partes, de outro modo, nada é; porque, enquanto especulação da razão pura, só pode recorrer a actos de compreensão geral. Mas, fora dela, a verosimilhança e o bom senso podem certamente ter o seu uso útil e legítimo, segundo, porém, princípios absolutamente próprios e cuja autoridade depende sempre da relação ao prático.

Eis aquilo que me considero autorizado a exigir para a possibilidade de uma metafísica como ciência.